

A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA: UM ESTUDO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Eduarda Aparecida Santos Golart¹
Nathalie Kuczura Nedel²

Resumo

A acessibilidade é um direito e uma necessidade para pessoas com deficiência, crianças e todos aqueles que possuem redução de alguma capacidade, seja motora ou cognitiva por exemplo. Dentre todos os setores e locais em que tal o direito deve ser atendido, destaca-se, para o presente trabalho, o ensino superior. Assim, para que alunos surdos consigam permanecer no ambiente acadêmico é fundamental que haja acessibilidade. Dessa forma, para que os alunos surdos consigam ter acesso ao ensino e ao convívio acadêmico é indispensável a efetividade do direito à acessibilidade. Ocorre que há uma evasão considerável desses alunos, muito em razão no (in)atendimento desse direito. Diante disso, questiona-se de que forma as novas tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizadas para incentivar a permanência dos alunos surdos na Universidade Federal de Santa Maria, tornando efetivo o direito à acessibilidade? Para responder esse questionamento, o presente trabalho objetiva analisar quais os mecanismos de informação e comunicação podem ser manejados para que haja uma permanência dos alunos surdos nas Universidades. Assim, utilizou-se como método de abordagem o indutivo e de procedimento o monográfico. O presente trabalho é composto por duas seções, sendo que a primeira delas aborda o direito à acessibilidade, seguido da realidade dos alunos surdos na UFSM quanto à permanência. O segundo capítulo, por sua vez, trata de estudar tecnologias da informação e comunicação que podem ser utilizadas no ensino superior, a fim de primar pela permanência desse alunado. Do estudo, restou claro que as TIC's são aptas a atingir a acessibilidade do aluno e permitir sua permanência no ensino.

Palavras-chave: Acessibilidade. Surdos. Tecnologia da informação e comunicação. Permanência.

Abstract

Accessibility is a right and a necessity for people with disabilities, children and all those who have reduced ability, whether motor or cognitive for example. Among all sectors and places in which the right should be met, higher education stands out for the present work. Thus, for deaf students to remain in the academic environment, accessibility is essential. Thus, for deaf students to have access to teaching and academic life, the effectiveness of the right to accessibility is indispensable. It happens that there is a considerable dropout of these students,

¹ Autora. Acadêmica do 10º semestre da Faculdade de Direito de Santa Maria. Endereço eletrônico: eduardaparecida@hotmail.com.

² Orientadora: professora e Coordenadora de Pesquisa, Monografia e Extensão da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Direito na Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: nathalie.kuczura@fadisma.com.br

largely due to the (in) fulfillment of this right. Given this, it is questioned how new information and communication technologies can be used to encourage the permanence of deaf students at the Federal University of Santa Maria, making the right to accessibility effective? To answer this question, this paper aims to analyze which mechanisms of information and communication can be managed so that there is a permanence of deaf students in universities. Thus, the method used was the inductive approach and the monographic procedure. The present work consists of two sections, the first of which discusses the right to accessibility, followed by the reality of deaf students at UFSM regarding permanence. The second chapter, in turn, deals with studying information and communication technologies that can be used in higher education, in order to strive for the permanence of this student. From the study, it became clear that TIC'S are able to achieve student accessibility and allow them to remain in education.

Keywords: Accessibility. Deaf Information and Communication Technology. Permanence.

Introdução

O direito à acessibilidade é um direito não só das pessoas com deficiência, mas de todo aquele que estiver com mobilidade reduzida, seja de forma temporária ou não. Assim, também se encontram resguardados por tal direito os idosos, crianças e pessoas com alguma necessidade especial. É imprescindível que o direito à acessibilidade seja atendido de forma efetiva, possibilitando que as pessoas tenham acesso a locais, informações, conhecimentos de forma satisfatória, fazendo com que barreiras e limitações sejam eliminadas. Nesse ínterim, importa destacar alunos surdos do Ensino Superior, que precisam ter esse direito respeitado para que consigam permanecer no ensino em busca de formação profissional.

O aluno surdo possui uma cultura e língua própria, o que vem a interferir em toda a forma que ele observa o mundo, sendo que tem mais instigado o que se denominada de espaço-visual, o que precisa ser observado no momento da aprendizagem. Por esses motivos, questiona-se de que forma as novas tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizadas para incentivar a permanência dos alunos surdos na Universidade Federal de Santa Maria, tornando efetivo o direito à acessibilidade? Em razão desse questionamento, o objetivo geral do trabalho centra-se em analisar quais os mecanismos de informação e comunicação podem ser manejados para que haja uma permanência dos alunos surdos nas Universidades.

Para responder o problema de pesquisa e o objetivo geral proposto, o trabalho utilizou como método de abordagem o indutivo, uma vez que parte de uma análise específica para a

geral. Ou seja, primeiramente cuida de tratar o direito à acessibilidade e a realidade do aluno surdo da Universidade Federal de Santa Maria, a partir do banco de dados resultantes do CAEE de nº 8654417.2.0000.5346, para posteriormente, analisar de que forma as Tecnologias da Informação e Comunicação podem contemplar o direito à acessibilidade e possibilitar a permanência do aluno surdo. Por fim, quanto a técnica de pesquisa, empregou-se a Pesquisa de Campo e a bibliográfica.

Ademais, resta destacar que o presente trabalho resulta de um desdobramento de trabalho de conclusão de curso da autora, que tinha como propósito analisar em que medida havia efetividade do direito à acessibilidade aos alunos surdos que ingressavam pelo sistema de cotas na UFSM no período delimitado. A partir da conclusão desse trabalho, surgiu a necessidade de além de verificar a inacessibilidade pesquisar meios aptos a atender tal direito e alcançar a permanência desses alunos no ensino como consequência. No que se refere a organização do trabalho, esse foi dividido em dois capítulos, sendo que o primeiro trata do direito à acessibilidade dos sujeitos surdos no curso do ensino superior da UFSM e o segundo trata das TICS como mecanismos aptos a contemplar o direito à acessibilidade e possibilitar a permanência dos alunos no ensino superior.

1 O direito à acessibilidade dos sujeitos surdos no curso do ensino superior: uma análise a partir dos dados de permanência da Universidade Federal de Santa Maria

O ensino superior passou a ter preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência, que foram, aos poucos, tendo acesso a essa fase de ensino, inclusive através do sistema de cotas. Com isso, surgiram debates acerca da inclusão e de medidas que possibilitassem o acesso dessas pessoas a locais, informações etc. Por esses motivos, surgiu, no ano de 2008, o Programa Incluir, que estabelece nas Universidades Federais, o denominado Núcleo de Acessibilidade, responsável por medidas aptas a atender o direito à acessibilidade no âmbito universitário (PAVÃO, 2015, p. 13-14). Isso é, permitir a acessibilidade para além do ingresso no ensino superior, o que é amparado pelo sistema de cotas.

No que tange ao direito à acessibilidade, tem-se que ele é tutelado no âmbito nacional e internacional, possuindo expressa previsão na Convenção sobre as Pessoas com Deficiência e no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ademais, trata-se de um direito que decorre da necessidade de incluir pessoas com deficiência ou necessidades especiais ao convívio social (MADRUGA, 2016, p. 72).

Dessa forma, vislumbra-se que o direito em estudo tem como propósito possibilitar que pessoas com deficiência ou com alguma necessidade especial consigam utilizar, com segurança e maior autonomia possível, locais, serviços e informações, da mesma maneira que as demais pessoas. Portanto, esse direito busca elidir a exclusão e as dificuldades que muitas pessoas com deficiência são impelidas a lidar diariamente, para que, assim, consigam participar de atividades, muitas vezes, cotidianas (BEZERRA, 2014, p. 71).

Contudo, é essencial destacar que o direito em tela, atualmente, não é somente elementar para pessoas com deficiência, mas também para todos que “necessitem de condições diferenciadas para assim desfrutar do espaço social em que estão inseridas, sentindo-se seguras” (PAVÃO; BORTOLAZO, 2015, p. 15). Portanto, o direito à acessibilidade mostra-se como um direito fundamental para que diversas pessoas consigam participar de atividades com autonomia e dignidade.

Apesar de diversos sujeitos encontrarem-se como titulares do direito à acessibilidade, destaca-se, para o presente trabalho, a acessibilidade das pessoas surdas, em que a partir de uma constatação fisiológica da perda auditiva, podem ser consideradas pessoas com deficiência. Contudo, é importante consignar que há uma luta constante em afastar essa condição fisiológica, para passar a entender o sujeito surdo como uma pessoa que possui uma diferença linguística e cultural muito forte em relação aos sujeitos ouvintes (MARTINS; NAPOLITANO, 2017, p. 113).

Nesse viés, cumpre referir que são considerados surdos aqueles que possuem uma perda auditiva que é total ou até mesmo parcial, mas que utilizam da Língua Brasileira de Sinais como sua primeira língua. Além de que se reconhecem enquanto pertencentes à comunidade surda. Portanto, o que prevalece para definir um sujeito surdo não é, tão somente, a perda auditiva, mas sim a questão cultural e linguística (BISOL, 2010, p. 8).

No que tange à definição do sujeito surdo para a legislação, o art. 2º do Decreto nº 5.626/2005 define esse sujeito como sendo aquele que “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2015). Portanto, o surdo caracteriza-se como aquele que utiliza da Libras para se comunicar com seus pares, surdos ou não.

Sendo assim, quando o surdo estiver diante de pessoas ouvintes ou de informações advindas da língua falada, ele precisará do intérprete de Libras para passar as informações faladas para a Libras e vice-versa. Sem a interpretação em Libras, a pessoa surda fica sem acesso às informações passadas no ambiente ouvinte, e, conseqüentemente, o direito à acessibilidade torna-se ineficaz (MARTINS; NAPOLITANO, 2017, p. 113).

Nesse viés, importante destacar que a Língua Brasileira de Sinais é considerada a segunda língua oficial do Brasil e é a primeira língua utilizada pelos surdos, conforme já referido (BRASIL, 2002). Sendo essa língua representada por sinais manuais e expressões faciais e corporais, onde o sujeito surdo possui estimulada a experiência visual. Por isso, para ele é mais dificultoso o acesso às informações que sejam exteriorizadas de outra maneira (MEIRELLES; SPINILLO, 2004). Isso se dá justamente em razão da cultura surda, pois:

A cultura não diz respeito somente a padrões de comportamento, valores, crenças, costumes e vestimentas, ela determina a maneira de ver e compreender as coisas, de vivenciar cada situação, assim como ela vai sendo construída, a partir do contato com o outro. Entendendo que o surdo, a partir da sua cultura, compreende o mundo de maneira distinta a um ouvinte [...] (VESTENA, 2015, p. 223).

Ou seja, a pessoa surda possui características que advém da própria cultura surda e isso reflete no modo de viver e compreender às informações ou às situações. Com base nisso, é que os surdos possuem maior experiência visual e apresentam dificuldades com informações passadas de outra forma, porque são sujeitos que utilizam de uma língua de sinais, que estimula o seu lado visual, pois faz uso do canal visual-espacial (CHAVEIRO; BARBOSA, 2004, p. 167).

Nesse âmbito, tem-se que a:

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 218).

Frisa-se que sendo a Libras a sua primeira língua, o sujeito surdo possui como segunda a língua portuguesa. No entanto, ele apresenta muitas dificuldades em relação a essa língua, já que ela é mais complexa e possui elementos a mais do que a Libras, como artigos e preposições por exemplo. Nesse viés, Ananda dos Santos Carvalho, inclusive, afirma que o surdo aprende a língua portuguesa como uma língua estrangeira e não como língua nata (CARVALHO, 2017, p. 19).

Além de que, existem palavras na língua portuguesa que não possuem sinal correspondente na Libras, surgindo uma barreira nesse sentido. Portanto, o sujeito surdo não tem somente problemas com a língua falada, mas também com a escrita (BARRETO; BARRETO, 2014). Nesse aspecto, tem-se que dificuldades são colocadas no caminho do surdo no momento de ler e entender a mensagem que o texto escrito apresenta, além de que as informações faladas precisam ser interpretadas, o que também, por vezes, apresenta-se como um problema, visto que não há exata correspondência.

Dessa forma, o sujeito surdo prescinde de uma linguagem clara e acessível para que ele possa entender o texto. Além de que, o uso de imagens, elementos coloridos nos textos, tendem a favorecê-los, pois desperta a experiência visual do sujeito (QUADROS; SCHIMIEDT, 2006). É em razão disso, que no âmbito acadêmico devem ser adotadas mecanismos e alternativas que possibilitem melhor compreensão do português e de matérias específicas por parte desse alunado (VESTENA, 2015, p. 223).

Assim, verifica-se que esse direito necessita ser respeitado para que os alunos consigam permanecer no ensino superior, tendo acesso aos colegas, aos conteúdos e a tudo o que envolve o contexto universitário. Nesse sentido, importa mencionar os dados de permanência dos alunos surdos na Universidade Federal de Santa Maria, que ingressaram na Universidade a partir de 2012 até 2016.

Os dados que serão expostos a seguir foram fornecidos pelo próprio Núcleo de Acessibilidade da UFSM, através de contato por e-mail³, além de decorrerem de um banco de dados resultante de pesquisa de campo, cujo CAEE é de nº 86540417.2.0000.5346. Ademais, tem-se que são representativos, posto que conjugam pesquisa de campo, pesquisa realizada através de aplicação de questionário, com dados informados pelo referido Núcleo. Além disso, a pesquisa abarcou um período considerável, pois analisou um lapso temporal de 4 anos.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de maio de 2018 com alunos surdos ingressantes do período 2012-2016 e seus respectivos colegas. Na ocasião, foram aplicados questionários padronizados. Participaram da pesquisa 4 alunos surdos e 65 alunos ouvintes. A aplicação dos questionários ocorreu com os cursos de Psicologia, Administração diurno e Educação Física Licenciatura da UFSM. A escolha desses cursos deu-se em razão de que neles haviam 2 alunos surdos frequentes, ou alunos surdos que já haviam trancado a matrícula ou abandonado o curso.

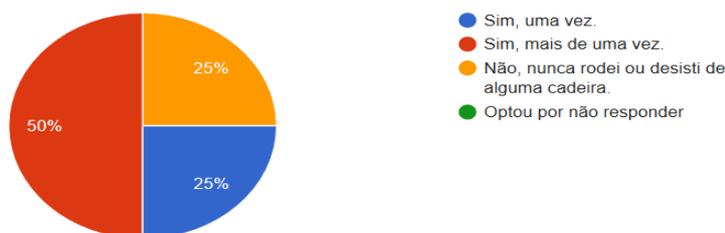
Dentre o período delimitado, ingressaram 23 alunos surdos, sendo que até o ano de 2018 apenas 10 alunos ainda frequentavam a universidade. Dessa maneira, de pronto, já é possível observar que há uma desistência maior do que a permanência desse alunado. Outro dado importante de ser mencionado, é que dentro desse limite temporal, apenas um aluno conseguiu colar grau. Além de que, 2 dos que ainda permaneciam na UFSM, em algum momento da graduação trancaram a faculdade e, posteriormente retornaram. Os demais alunos, ainda permaneciam na faculdade, quando da coleta dos dados.

Frisa-se que os alunos surdos possuíam o acompanhamento de intérprete, com a exceção de um deles, que afirmou que em alguns momentos não teve esse acompanhamento. Do contrário, todos possuíam a tradução das falas para a LIBRAS. No entanto, o acompanhamento desse profissional não afastou algumas inacessibilidades e dificuldades que foram enfrentadas pelos alunos surdos. Isso porque, nas respostas dos questionários, observa-se dificuldade de relacionamento com os colegas, de trabalhar em grupos, até mesmo a existência de repetência

³ Prezada Eduarda, bom dia! Em anexo segue uma tabela com todos (as) os (as) estudantes ingressos a partir de 2012 na UFSM com deficiência auditiva ou surdez. Observe que os (as) estudantes com cancelamento de matrícula, desistência, transferência, abandono e formados estão com preenchimento colorido na tabela. Esperamos poder ter ajudado no andamento de sua pesquisa. Estamos à disposição. Atenciosamente.

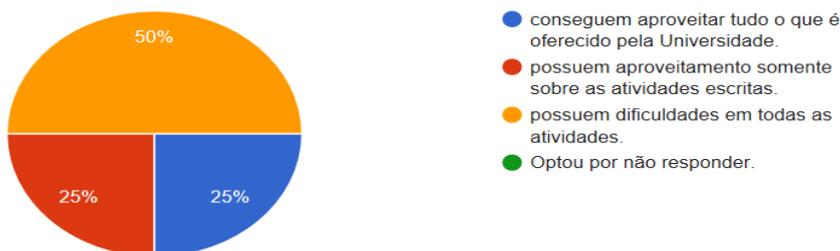
em determinadas matérias, em razão das diferenças entre sujeitos surdos e ouvintes. Isso demonstra que a simples tradução para a Libras não é suficiente para garantir o direito à acessibilidade, embora seja imprescindível.

Os gráficos a seguir apontam as porcentagens correspondentes às respostas dos alunos surdos. No gráfico de número 1, foi questionado se o aluno surdo já havia rodado ou desistido de alguma disciplina em razão de dificuldades enfrentadas pela diferença linguística. Assim, dos 4 alunos, 3 deles já passaram por essa problemática. O que evidencia, que mesmo com intérprete existem demandas que não estão sendo realmente atendidas. É o que reflete o gráfico abaixo:



1.

Quanto ao gráfico de número 2, foi questionado aos alunos surdos de que maneira eles observavam o seu aproveitamento em relação às aulas e às atividades oferecidas pela UFSM. Metade deles referiu que possuíam dificuldade em todas as atividades, enquanto 1 respondeu aproveitar somente as atividades escritas e o último aluno referiu ter aproveitamento de tudo o que a Universidade oferece. Através desse gráfico é possível observar que existem, sim, barreiras que se traduzem em dificuldades para os alunos surdos.



2.

Dessa maneira, não é difícil relacionar a baixa permanência desse alunado no ensino superior com as dificuldades por eles enfrentadas. Assim, mesmo que esteja garantido em âmbito nacional e internacional o direito à acessibilidade, nem sempre ele consegue ser efetivado. E ainda, mesmo que hoje seja reconhecido pelas universidades, assim como é pela UFSM, a necessidade de incluir e atender as necessidades dos alunos surdos – e demais necessidades- isso não é suficiente, conforme demonstrado pelos dados expostos. Por isso, devem ser desenvolvidas, cada vez mais, técnicas e maneiras de incluir esses alunos, em um ambiente que é majoritariamente ouvinte. Em busca disso, na segunda seção serão analisadas de que formas as novas tecnologias da informação e comunicação podem auxiliar na permanência dos alunos surdos no Ensino Superior, tendo como base o caso da Universidade Federal de Santa Maria.

2 O emprego das tecnologias da informação e comunicação como forma de efetivar o direito à acessibilidade dos alunos surdos possibilitando a sua permanência na universidade

No final do século XX o mundo começou vivenciar uma transformação, que ia de uma “cultura material” para uma cultura baseada em tecnologia digital e da informação, o que se pode denominar de Revolução da Tecnologia da Informação. Essa transformação foi evoluindo, com cada nova descoberta que era feita em relação às tecnologias da informação, tendo como um marco importante o advento da internet. Diferentemente de outras Revoluções que o mundo já enfrentou, essa Revolução esteve presente em todo o globo (CASTELLS, 1999, p. 78).

É certo que há cidades e locais que nunca foram afetados por tal tecnologia, mas acredita-se que esse não é um problema fruto da tecnologia de informação propriamente dita, mas sim, da desigualdade social que impera em determinadas localidades. Apesar desse fato, é possível afirmar, com base na visão do autor em uso, Manuel Castells, que o mundo ou ao menos os grupos “dominantes” dele encontram-se conectados.

Outro diferencial dessa Revolução, é que ela não se centra tão somente na existência de conhecimento e informações, mas na “aplicação desses conhecimentos e dessa informação para

a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realinhamento cumulativo entre a inovação e seu uso” (CASTELLS, 1999, p. 69).

É essa difusão de informações e de possibilidades de criação que movimenta e faz a tecnologia da informação ser uma novidade ainda nos dias de hoje. Assim, por tecnologia de informação e comunicação tem-se entendido pelo:

[...] conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares, sistemas de redes etc., os quais teriam a capacidade de produzir, processar e distribuir informações para organizações e sujeitos sociais. Um traço fundamental das TIC é o fato de serem produto da convergência e do imbricamento das telecomunicações com a informática e a computação (VELOSO, 2014, p. 49).

Essa capacidade de produção e de distribuição de conhecimentos, mencionada pelo autor supracitado, é utilizada a todo tempo pela sociedade atual. E deve ser também implementada em benefício de direitos, tal como o direito à acessibilidade das pessoas surdas. Isso porque, tem-se firmado o entendimento de que o uso das TIC's pode favorecer consideravelmente o aprendizado dos alunos surdos, desde os primeiros anos de ensino, isso apesar de muitos tecerem críticas ao uso das tecnologias no interior das escolas (MARTINS; LINS, 2015, p. 193). Conforme exposto no capítulo anterior, o uso de imagens, legendas, símbolos coloridos facilitam a aprendizagem dos alunos surdos, já que acabam por estimular o lado visual e espacial que é mais apurado nesse alunado. Características que se encontram presentes nas TICS.

Inclusive, essa necessidade existe muito antes das tecnologias da informação, porque está intrinsecamente ligada à condição visual da pessoa surda (MARTINS; LINS, 2015, p. 193). É em razão disso que as TICS são tidas como excelentes ferramentas de aprendizagem e inclusão. Para isso, o professor necessita reconhecer a necessidade do aluno surdo e conhecer os instrumentos tecnológicos disponíveis e suas potencialidades de aprendizado (PRIETCH; FILGUEIRAS, 2013, p. 6).

Além do próprio aprendizado, o uso das TICs pode auxiliar positivamente na inclusão do aluno surdo ao convívio em turma, possibilitando uma inserção comunicativa que é possibilitada inclusive pelas redes sociais. É o que aduz os autores abaixo:

Por meio das novas TICs, os surdos (assim como os ouvintes) podem ter sua maior inserção comunicativa, por exemplo, pelo uso intenso das redes sociais, as quais, embora utilizadas para o lazer, promovem um intenso contato com o português, o uso de tradutores on-line, dicionários e, principalmente, a facilitação do uso e também a autoria de hipermídias, rompendo com as relações de controle unilateral da informação e de comunicação (MARTINS; LINS, 2015, 194).

Dessa forma, o uso das TICs é fundamental no ambiente escolar e universitário, pois além de contribuir com a aprendizagem, poderá contribuir no relacionamento entre os colegas surdos e ouvintes, já que esse foi um ponto negativo demonstrado na pesquisa. Frisa-se que uma boa relação com os colegas é um aspecto importante na inclusão e na continuidade do aluno nas aulas. Ainda mais que, conforme Taís Margutti do Amaral Gurgel, geralmente existe apenas um aluno surdo por turma, o que vem impedir a convivência entre surdos dentro das salas de aulas, tornando-se ainda mais relevante a boa relação com os demais colegas (GURGEL, 2010, p. 109). Essa constatação é a comprovada na pesquisa de campo realizada, pois em todas as turmas entrevistadas havia apenas um aluno surdo.

Inclusive, tem-se observado que, o uso das TICs enquanto ferramenta de aprendizagem do aluno surdo gera um aumento na motivação no processo de aprendizado, além de majorar a qualidade e eficácia da transmissão de informações e mensagens educativas. Nesse viés, vislumbra-se que o uso dessas tecnologias ainda é benéfico, por fomentar a autonomia, produtividade e competência, o que é proporcionado pela Sociedade da Informação e que consequentemente, reflete tanto no ensino, como na competência tecnológica, que será cobrado na atuação profissional do sujeito (PAIVA, 2011, p. 4).

A própria UFSM reconhece a necessidade de promover a inclusão e permanência dos alunos surdos no ensino superior, inclusive através do uso das TIC's. Isso visto que, a mesma conta com um núcleo de acessibilidade, que através das redes sociais, se demonstra ativo. Além de que, o mesmo é responsável por projetos importantes de acessibilidade, como por exemplo, o que se refere a elaboração de um glossário para os alunos surdos. Esse glossário tem como

propósito auxiliar os alunos surdos, principalmente, com as palavras técnicas e específicas de cada área, que muitas vezes, não possuem palavra correspondente em Libras (PAVÃO; NEGRINI, 2016).

Esse projeto é de 2016 e até o ano de 2018, ano em que foi realizada a coleta de dados, o mesmo não tinha ainda sido executado. Através de uma pesquisa no site da Universidade, na plataforma da Coordenadoria de Ações Educacionais, verificou-se que o mesmo continua em andamento, ainda em 2019 (GOULARTE, 2019). Esse glossário, é um instrumento possibilitado através da Tecnologia de Informação e Comunicação, que pode ser um diferencial na permanência dos alunos surdos na UFSM, mas para isso, precisa ser efetivado.

De maneira exemplificativa, outra tecnologia que pode ser utilizada e que vem ganhando espaço no mundo tecnológico são os aplicativos que traduzem palavras e frases do português para a Libras. Exemplo disso, são os aplicativos denominados Hand Talk e ProDeaf Móvel, que além de realizar a mediação na comunicação entre ouvintes e surdos, auxilia ainda na aprendizagem da língua portuguesa para pessoas surdas e da Libras para os ouvintes (VIEIRA *et. al.*, 2014, p. 22).

O Hand Talk surgiu no ano de 2012 com o objetivo de possibilitar a inclusão de pessoas surdas, que utiliza a Libras como principal meio de comunicação, além da dificuldade que muitos possuem com a língua portuguesa. O aplicativo possibilita uma tradução de forma digital e automática das mensagens. Uma das ferramentas ofertadas pelo Hand Talk é a tradução de sites para Libras, uma medida de extrema relevância para a comunidade surda. O próprio site do aplicativo faz referência que as soluções trazidas por esse instrumento “buscam democratizar o acesso à informação e à comunicação, sendo complementares ao trabalho dos intérpretes de Libras” (HAND TALK, 2019).

Esse é um aplicativo que pode ser usado pelo próprio aluno e pelos seus colegas, como o objetivo de facilitar a comunicação entre eles, o que é essencial para a permanência do aluno no ensino, conforme já destacado. O ProDeaf Móvel também é um software de tradução de texto e voz propiciado pelas Tecnologias da Comunicação e Informação. Essas ferramentas além de usadas pelos alunos de forma autônoma, podem ser incluídas também nos materiais didáticos adotados pelos professores.

A importância disso, reside no fato de que os professores muitas vezes não encontram maneiras de incluir o aluno surdo e facilitar sua aprendizagem. O que não reflete em uma crítica ao professor, porque tanto os que trabalham nas Universidades quanto os do ensino básico não são instigados a desenvolver habilidades para trabalhar com o público surdo, pois esse ambiente é predominantemente frequentado por ouvintes (LIMA, 2006, p. 51).

Por isso esses meios alternativos, como os aplicativos citados, o uso de slides, imagens e outras técnicas são necessárias, porque permitem um bom aprendizado do próprio aluno e também gera experiência aos professores e demais alunos no que se refere ao tema de inclusão e acessibilidade da comunidade surda. Diante de todo o exposto, observa-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação são excelentes instrumentos para contemplar o direito à acessibilidade do aluno surdo, gerando a conseqüente permanência no ensino superior. Contudo para isso, é necessário que os professores, colegas e alunos estejam abertos para aprender e utilizar novos meios de aprendizagem, além de programas criados pela Universidade, tal como o Glossário em Libras.

Conclusão

A acessibilidade é um direito essencial para a permanência dos alunos surdos no ensino superior, pois somente com esse direito atingido de forma efetiva é que será possível a permanência desses alunos. A pessoa surda, integrante da comunidade surda, possui uma cultura própria que interfere no modo como observa e compreende os fatos, o que precisa ser levado em consideração também no âmbito universitário. Além da presença do intérprete outras medidas precisam ser adotadas para que esse aluno consiga compreender os conteúdos e seja incluído nesse ambiente.

A comunidade surda, em razão de utilizar uma língua gestual tem a característica de ter aprimorado o campo espacial visual, o que vem a ser atingido de forma positiva com o uso das TIC's. Isso porque, nesse mundo tecnológico estão disponíveis aplicativos, slides, imagens, vídeos e etc. que podem auxiliar tanto o aluno quanto o professor, que muitas vezes não

encontra meios para atingir esses alunos. Além disso, o uso das TIC's proporciona autonomia e competências tecnológicas que são buscadas no profissional na atual sociedade.

Assim, vislumbra-se que as TIC's demonstram ser ferramentas aptas a auxiliar nesse processo de aprendizagem e inclusão, pois através delas é possível incentivar o aluno, melhorar a relação com os colegas e possibilitar um entendimento melhor do conteúdo. A inclusão e bom relacionamento são fatores indispensáveis quando se busca evitar a evasão dos alunos surdos.

Por isso, é muito importante que a Universidade incentive o uso dessas tecnologias pelos professores e coloque em prática o programa do Glossário em Libras, que tende a atender a demanda de alunos de diversos cursos. Somente com o comprometimento da Universidade, professores e alunos será possível incluir as pessoas surdas e possibilitar a elas um ensino de qualidade, em um ambiente inclusivo que respeite as diferenças.

Referências

BARRETO, Maria Angela Champion; BARRETO, Flávia de Champion. **Educação inclusiva**: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Érica, 2014. (Livro digital).

BEZERRA, Rebeca Monte Nunes. Artigo 9: acessibilidade. *In*: DIAS, Joelson *et al.* (Org.). **Novos comentários à convenção sobre as pessoas com deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2014. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

BISOL, Cláudia A. *et al.* Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Caderno de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARVALHO, Ananda dos Santos. **Educação Inclusiva: práticas docentes frente à deficiência auditiva.** 2017. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/16493/1/ANANDA%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura a sociedade em rede.** Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. A surdez, o surdo e seu discurso. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v. 6, n. 02, p. 166-171, 2004. Disponível em: www.fen.ufg.br. Acesso em: 22 jun. 2019.

GOULARTE, Ravele Bueno (Coord.). **Glossário em Libras.** Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/glossario-2/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GURGEL, Taís Margutti do Amaral. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior.** 2010. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba - SP, 2010. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/XQODWSTPSJWJ.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

HAND TALK. **Sobre a Hand Talk.** Disponível em: <https://www.handtalk.me/sobre>. Acesso em: 10 set. 2019.

LIMA, Elcivanni Santos. **Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de libras na educação superior.** 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2977>. Acesso em: 22 maio 2018.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Livro digital).

MARTINS, Livia Maria Ninci; LINS, Heloísa Andreia de Matos Lins. Tecnologia e educação dos surdos: possibilidades de intervenção. **Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente - SP**, v. 26, n. 2, p. 188-206, maio/ago. 2015.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; NAPOLITANO, Carlo José. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 3, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602017000700107&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2018.

MEIRELLES, Viviany; SPINILLO Alina Galvão. Uma análise da coesão textual e da estrutura narrativa em textos escritos por adolescentes surdos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 131-144, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22389.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019.

PAIVA, Ana Paula Sintra. Utilizar as TIC para ensinar física a alunos surdos – estudo de caso sobre o tema “a luz e a visão”. **Revista Brasileira de pesquisa em educação em ciência**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4042>. Acesso em: 08 set. 2019.

PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira Pavão; BORTOLAZO, Jéssica. Aprendizagem e acessibilidade na educação superior. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Org.). **Ações de atenção à aprendizagem no ensino superior**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/anima/images/Aes%20de%20Ateno%20Aprendizagem%20no%20Ensin%20Superior.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____.; NEGRINI, Tatiane (Coord.). **Relatório núcleo de acessibilidade**. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Disponível em: http://w3.ufsm.br/acessibilidade/images/Relat%C3%B3rio_2016_N%C3%BAcleo_de_Acessibilidade_1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2018.

PRIETCH, Soraia Silva; FILGUEIRAS, Lucia Vilela Leite. **O uso das TIC em prol de uma educação de surdos pautada nos preceitos do desing universal**: um relato de pesquisas. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33346943/SEMIEDU2013_Priech_Filgueiras.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_USO_DAS_TIC_EM_PROL_DE_UMA_EDUCACAO_DE.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190909%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190909T223707Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=06ec58b1b3ab115aa15440281a12f877cc823f3212dc522c264edaff5813640a. Acesso em: 09 set. 2019.

PERLIN, Gládis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista – UFSC**, Florianópolis, v. 5, p. 217-226, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1282/4249>. Acesso em: 12 jun. 2019.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf . Acesso em: 23 jun. 2019.

VIERIA, Maristela Compagnoni; *et al.* Contribuições da teoria da aprendizagem multimídia e da Usabilidade para aprendizagem de Libras e Língua Portuguesa por meio de aplicativos móveis. **Revista Renote: Novas tecnologias na educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, dez. 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/53451>. Acesso em: 08 set. 2019.

VELOSO, Renato. **Tecnologia da Informação e Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

VESTENA, Natana Pozzer. O aluno surdo na educação superior: discussões acerca de um projeto político pedagógico inclusivo. *In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; et al. (Org.) Aprendizagem e acessibilidade: travessia do aprender na universidade*. 1. ed. Santa Maria: UFSM/ Pró-Reitoria de Extensão, 2015. p. 217-232. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/anima/images/Livro%20-%20aprendizagem%20e%20acessibilidade.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.